

Mesa Redonda: A ÉTICA E OS COMITÊS
Título do Trabalho (Resumo): A ÉTICA NÃO PASSA POR COMITÊS

Ronie Aleksandro Teles da Silveira
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
roniesilveira@yahoo.com.br

Simone Maria Huning
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
simonehuning@yahoo.com.br

A Tutela Moral dos Comitês de Ética

Introdução

A recente criação dos Comitês de Ética nas universidades brasileiras trouxe à tona algumas discussões sobre a questão da ética na realização de pesquisas. O objetivo dos Comitês é supervisionarem os procedimentos éticos em investigações que envolvem seres humanos e animais no Brasil, no sentido de protegerem seus participantes (TOMANIK, 2008).

Pretendemos discutir, aqui, o significado que a ética adquire quando é incorporada a um *comitê*. No entanto, como veremos adiante, não se trata de abdicarmos da preocupação com a ética no âmbito da pesquisa, mas sim de formular uma crítica específica à sua forma de comitê.

Uma idéia muito preliminar que sustenta a idéia de criação dos comitês é a de que devemos fazer algo para garantir que a ética seja efetiva entre seres humanos imperfeitos. Tudo isso parece muito razoável, já que não somos mesmo capazes de agir sempre eticamente.

A incorporação dessa idéia de combate à imperfeição ética humana através de um comitê possui algumas implicações. Com efeito, ela não somente parte de um diagnóstico sobre a natureza humana e sua fragilidade ética, como prevê uma forma de resolver o problema.

Com efeito, o comitê possuiria sua razão de ser na própria natureza humana, pois assim como os demais seres humanos, os pesquisadores também são imperfeitos. Sendo assim, será inevitável que eles por má fé, por ignorância ou por descuido, proponham procedimentos de investigação considerados não éticos. Dessa forma, um comitê de ética estaria justificado por esta fragilidade da natureza humana e seria bem-vindo como uma tentativa de reparar essa imperfeição. Entretanto, e essa é a pergunta que nos interessa aqui, *será mesmo necessário que a correção de nossa imperfeição ética se dê através de um comitê?*

1. A vocação metafísica do Comitê de Ética

O comitê é um organismo estranho às diferentes comunidades científicas. Ele é estranho porque exerce um tipo de controle que é diferente daquele que essas comunidades exercem sobre si mesmas de forma espontânea.

Poder-se-ia tentar contornar esse caráter estranho do comitê através de uma alta rotatividade de seus membros, de uma maior flexibilidade na avaliação dos procedimentos de pesquisa, com a promessa de um gradativo aprimoramento dos próprios comitês ou ainda com a formação de comitês específicos para cada área do conhecimento. Mas isso, de forma alguma retira do comitê o caráter estranho que indicamos. Insistimos nesse aspecto: ele é estranho porque ele consiste em uma instância que difere do tipo de controle espontâneo existente nas comunidades em que os investigadores estão inseridos. Esse controle existe e é exercido no curso ordinário de nossa vida pela prática de convivência estabelecida entre os pesquisadores e entre as pessoas, em um âmbito mais geral. Assim, as regras de ética, aquilo que é legítimo fazer, variam de acordo com a configuração específica que essa convivência adquire.

Por definição, essas configurações são múltiplas e permanentemente flexíveis – como são todos os arranjos sociais entre os seres humanos.

O que a estrutura de um comitê de responsáveis produz é uma perigosa fragmentação que dissocia a ética da ação humana ordinária. A especialização de pessoas que cuidam da ética cria uma autoridade e uma instância que faz recrudescer a assimetria entre quem tem ética e quem não tem – justamente porque institui um momento específico em que as questões éticas deverão ser tratadas.

Nesse sentido, não é de se estranhar que para muitos seja reconfortante a idéia de que pessoas mais habilitadas estejam se ocupando em assegurar a respeitabilidade ética de suas pesquisas. Curiosamente, essa profissionalização da ética termina por gerar agentes irresponsáveis: aqueles que delegam a outros verificar se suas ações estão de acordo com as regras instituídas. Existindo uma instância responsável por averiguar a moralidade do que fazemos, obtemos uma espécie de blindagem ética já que eles nos fornecem a segurança de que só faremos o que é correto. O comitê nos garante conforto moral nos liberando de pensar a cada passo se estamos agindo com ética ou não.

Com efeito, o conforto moral proporcionado pelo comitê provém de uma fonte específica: as crenças metafísicas embutidas no seu funcionamento. A idéia central que está incorporada em um comitê é a de que a ética é uma só. Isto é, existiria algum valor ético objetivo no qual o comitê poderia se fundamentar para fazer suas avaliações. Afinal, o comitê tem de decidir o que é e o que não é ético e, para isso, precisa de um critério. Como vimos, esse valor é estranho ao contexto dos atores e das relações em que um determinado projeto de pesquisa é desenvolvido. Em outras palavras, só é possível obter valores morais, que são necessários para as avaliações objetivas de um comitê, na noção de que a ética refere-se a um valor fora dos contextos específicos em que as pesquisas se desenvolvem. Como esse valor é independente de todas as

circunstâncias em que as pesquisas são efetivamente realizadas, o chamamos de metafísico. Isso quer dizer que ele não depende de nenhuma conjuntura social particular.

Se o comitê fizesse uma inflexão em direção aos aspectos particulares de cada situação, concedendo a cada uma delas direito a possuir seus próprios critérios éticos, perderia a capacidade de realizar uma avaliação objetiva e, portanto, a sua função de ser enquanto comitê. Nesse caso, a ética se dissolveria nos contextos em que a ação dos homens se desenvolve e adquiria o aspecto real de um processo. Isso deixa claro que um comitê democrático é inútil: porque lhe faltariam critérios para separar a moralidade da imoralidade. Um comitê que adota critérios diversos e flexíveis e que é tolerante com a diversidade de formas de vida ética simplesmente não pode avaliar ou propor referências capazes de assegurar “a ética” na pesquisa.

Portanto, um comitê que regula a ética é uma espécie de arauto de desígnios metafísicos, um profeta que mantém contato com um mundo de valores éticos perenes e objetivos. Somente a partir desse ponto de vista fixo é que o comitê pode gerar o conforto que tantos de nós desejam. Somente um ponto de vista imutável pode nos propiciar segurança diante de nossa própria imperfeição e mutabilidade. Podemos ser falíveis, mas se o comitê cuidar dos aspectos éticos de nossas pesquisas, então podemos viver tranquilos. Se tivermos alguma dúvida ética, o comitê poderá dirimi-la através de uma avaliação objetiva, já que possui critérios independentes para isso. E, depois de uma avaliação positiva, podemos retirar de nossa consciência qualquer tipo de dúvida ou angústia que poderia persistir – encontraríamos, enfim, a paz. A chancela do comitê nos fornece o conforto moral de que estamos mesmo fazendo a coisa certa. A metafísica fornece um valor objetivo para as avaliações do comitê e esse gera conforto moral para

os pesquisadores. E assim nos desobrigamos de pensar na ética como um processo que é intrínseco às nossas ações.

Para tornar mais clara a questão considere o seguinte dilema: ou são os seres humanos na sua convivência que decidem o que é ético em cada circunstância social ou há uma fonte de valores fora do tempo e do espaço que contém um princípio regulador de nossas ações. Ou a ética se regula a partir daqui de baixo ou a partir de lá de cima. Se há um comitê responsável pela ética, isso quer dizer que os homens comuns, entregues à sua própria sorte mundana e à sua própria capacidade de se determinarem, não são capazes de gerir sua vida do ponto de vista ético. A existência de um comitê de ética é a afirmação inequívoca de que a ética deve ser considerada a partir da lógica de um mundo fixo, de que o valor com o qual ele separa a imoralidade da moralidade é metafísico.

Portanto, qualquer comitê se ocupa com a ética de um ponto de vista específico: o de que afirma que ela é objetiva porque é metafísica. Isto é, o que garante que um valor seja utilizado como critério de avaliação ética é que ele já é ou se torna independente das circunstâncias das ações humanas por força da necessidade de atuação do comitê. A necessidade de realizar a avaliação, de proceder com objetividade e disciplinar a ética, gera um mundo metafísico de valores fixos. Um comitê só pode existir se postula para si esse fundamento: um ponto de apoio a partir do qual ele poderá separar a moralidade da imoralidade. Chamamos a atenção para o claro significado religioso dessa operação. O comitê requer um mundo de valores fixos, uma constelação exterior de critérios válidos independentemente de todas as situações humanas.

2. O temor da falta de ética

A legitimidade do comitê de ética, a legitimidade do operador do critério metafísico de eticidade, depende de fazer derivar a objetividade a partir de um critério que se supõe ser independente. Mas, e essa é a questão decisiva sobre a legitimidade dos comitês de ética, *existem mesmo valores éticos independentes das circunstâncias de nossas ações?* Infelizmente, a resposta é “não”. Desde a derrocada de filosofias de estilo platônico, que faziam referência a algum tipo de ponto de apoio transcendente, a ética perdeu sua ligação com a estratosfera dos valores perenes. Um debate ponderado sobre esse assunto nos remeteria a uma revisão da história da filosofia moral e, mais particularmente, do fracasso iluminista em promover uma sociedade justa e ética por meio da obtenção racional de valores definitivos. Infelizmente, isso não pode ser feito aqui. Entretanto, em termos gerais, sabemos que as filosofias contemporâneas são antimetafísicas na sua grande maioria. Com efeito, na nossa época há uma tendência para se abrir mão de referências eternas e imutáveis ou de grandes narrativas que forneçam sentido à existência humana na sua totalidade (Lyotard, 1998; Lipovetsky, 1983; Rorty, 1979). Isso parece estar de acordo com a aceitação de nossa falibilidade e contingência humanas.

Portanto, de forma muito esquemática, podemos dizer que há um relativo consenso contemporâneo de que a ética é dependente das circunstâncias em que a convivência humana ocorre. E como vimos argumentando, isso parece comprometer a natureza de um comitê de ética porque se ela é dependente de tais contextos, o que faz o comitê senão negar o modo como a ética existe entre nós e afirmar seus próprios conceitos particulares sobre a moralidade? Isso torna evidente não apenas que um comitê de ética é desnecessário, mas que sua existência é danosa para a ética, na medida em que a torna abstrata e deslocada de seu contexto.

Com a justificativa de possuírem valores independentes e isentos de contaminação por interesses humanos os comitês se agarram à ilusão de valores sem carne e ossos. Eles se apegam a fantasmas e terminam expurgando a própria ética da esfera de sua atividade. O motor dessa atitude é a necessidade de se obter aquele ponto de vista ético independente ou, se preferirmos, um temor exacerbado de que o homem entregue à sua imperfeição congênita termine em uma vida antiética. E se o temor de uma catástrofe ética é tão grande, só pode ser grande a necessidade metafísica de conforto e de segurança. Diante de um mundo que pode ser feio e indigno, é compreensível que se busque refúgio, segurança e conforto em valores perenes. Daí a necessidade psicológica de um comitê que zele pela ética retirando-a do imperfeito controle dos homens comuns. Mas, paradoxalmente, ao invés de promover uma atitude ética, isso estimula que se pautem a ação na obediência de procedimentos padrões, leis, códigos e prescrições. Podemos notar como o medo de um caos ético é o fundamento da existência de um comitê de ética. Parece razoável pensar que faltou fé e confiança na capacidade ética do ser humano por parte daqueles que conceberam os comitês de ética como forma de assegurar a moralidade.

3. Ética sem tutela moral

Já deve estar claro que a resposta para nossa pergunta inicial sobre a necessidade dos comitês de ética é negativa. Mas, então, como fica a ética em pesquisa sem um comitê? A ética fica entregue a quem sempre decidiu sobre ela: às próprias comunidades científicas que fazem as pesquisas, às pessoas que são participantes nas investigações, a quem estiver envolvido com ela e a quem se sentir responsável. Essas pessoas sabem, melhor do que ninguém, o que é ético em cada ocasião específica e em função de que objetivos os procedimentos são legítimos ou não, ainda que seus

posicionamentos não sejam unânimes, posto que não há uma ética universal. Isso significa maior envolvimento e comprometimento com a ética, não apenas com relação à esfera individual, mas com respeito à comunidade científica a qual pertencemos.

Por sua vez, o argumento de que as pessoas não possuem condições de avaliar as questões éticas de uma pesquisa, porque não possuem conhecimento suficiente de suas conseqüências, deve ser utilizado para aprofundarmos a democracia no Brasil através da ampliação do acesso à educação de qualidade. Ele certamente não deve ser utilizado como argumento para que alguns possam exercer a atividade de gestores da ética – que termina fortalecendo aquilo que julga combater: a diferença entre educados e não educados, inteligentes e tolos, autônomos e incapazes.

Acreditamos que a ética deve ser entregue a quem sempre se ocupou com ela: às pessoas que, de uma forma ou de outra, se sentem sujeitos políticos de tal forma que interferem nas ações dos demais. Essa interferência não se dá porque as pessoas possuem autoridade moral obtida de um contato com critérios metafísicos. Ela ocorre simplesmente porque uma pessoa sempre é um exemplo de ação para qualquer outra pessoa. É esse valor social que constitui nossa natureza ética, embora frágil e mutável.

4. Conclusão

Se esse é o significado de um comitê de ética, permitam-nos algumas profecias sobre o futuro. Assistiremos à decadência dos comitês que se tornarão mais uma instância burocrática e tediosa dentro das instituições de pesquisa brasileiras. Eles se converterão em instâncias administrativas bizarras e inúteis que emitem carimbos e assinaturas sem os quais o mundo estaria na mesma situação ética em que sempre esteve.

Gostaríamos de concluir pela constatação de que os comitês de ética não possuem nenhuma autoridade moral. Entretanto, isso não é uma decorrência da fragilidade ética de seus membros e sim uma fragilidade da maneira como eles se organizam enquanto comitês. Um comitê de ética não pode ter autoridade porque não há de onde retirar autoridade moral senão da prática da convivência humana.

A constituição de uma democracia ética nas universidades e na sociedade brasileira passa pela dissolução dos comitês de ética e pela responsabilização de cada uma das pessoas que fazem parte do processo de pesquisa: somos nós os responsáveis pelas nossas ações e pelas ações dos nossos colegas. Se algo der errado, seremos nós os responsáveis e teremos que viver com isso. Não há abstração ou projeção que possamos fazer que nos liberte da condição de termos que decidir cotidianamente o que devemos e o que não devemos fazer. Não há conforto que possa nos livrar de nossa responsabilidade moral diante de nós mesmos. Não há como fugir da ética porque não há como se eximir de agir. As ficções apenas retardam a necessidade de nos tornarmos sujeitos de nossas próprias vidas.

Referência Bibliográficas

LIPOVETSKY, G. (1983). **L[^]ere du vide**. Paris: Gallimard, 1983.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998.

RORTY, R. **Philosophy and the mirror of nature**. Princeton: Princeton University Press, 1979.

TOMANIK, E. A. A ética e os comitês de ética em pesquisa com seres humanos. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, 2008, p. 395-404, abr/jun.